

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Não será assim	2
Título: Negócios da China no Rio.....	3
Título: Sinais de retomada em outros setores	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Petrobras planeja acelerar venda de ativos a partir de setembro	7
Título: Disparam os casos de fraude de combustível com metanol em SP	8
VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: Alta de royalties gera reforço de caixa de R\$ 1,5 bi	10
Título: Shell e Cosan negociam permuta de ações da Comgás	12
Título: Cautela volta a guiar planos de usinas para novos investimentos	13
Título: IPO da Neoenergia pode movimentar cerca de R\$ 4 bi.....	15

VEÍCULO: O Globo**Seção: Artigos****Autor: José Luiz Alqueres****Título: Não será assim**

A intenção expressa no recém-divulgado documento "Proposta para o aprimoramento do marco legal do setor elétrico" não se cumprirá a contento se ele não vier a sofrer profundas alterações. O texto divulgado oficialmente na semana passada peca, de início, em dois pontos: ele não toca no tema da sustentabilidade ambiental, que será o maior influenciador das decisões de toda área energética nas próximas décadas e desconsidera em boa medida o caráter sistêmico físico e empresarial do setor.

A razão disso parece ser o modo como a proposta foi elaborada: gente bem intencionada que ouviu demandas de agentes do sistema ou de suas associações. Estas diversas contribuições são grupadas e acrescenta-se um desalentador introito com pérolas do tipo "... maior granularidade temporal e espacial do preço, além de maior credibilidade na sua formação, com o máximo acoplamento possível da formação do preço com as decisões de operação..."! Cremos que o caminho certo passa longe deste método de fazer as coisas e também desta retórica.

Como proliferam neste setor associações e lobbies de segmentos empresariais (mais de 20!), não se deve estranhar as manifestações de apoio recebidas já no dia seguinte da publicação do alentado papelório, quando, vale dizer, mal houve tempo hábil para os agentes afetados analisarem e discutirem a fundo as mais de 50 páginas da proposta. Tem-se a impressão de que cada um pensa apenas em seu interesse, ignorando o todo, e, por isso, só examina a parte do problema que lhe afeta diretamente — desprezando as consequências nos demais elos da cadeia de produção.

O ônus caberá à Eletrobras e ao seu sistema de empresas, como fica claro no capítulo "Descotização", onde se considera vender usinas em benefício do Tesouro (adoçando o caminho com um presente de dividendos para acionistas minoritários). Melhor seria pensar nas empresas que as possuem, vítimas até hoje de um abjeto clientelismo. Estas, em boa parte dos casos, deveriam ter seus processos de privatização acelerados, mas com atribuições do ponto de vista ambiental estendidas — viabilizando a gestão integrada das bacias hidrográficas reunindo usinas por grandes bacias e obrigando as empresas a gerirem o ambiente, especialmente nos temas ligados ao ciclo da água, vital para a sustentabilidade. Penso especialmente na grande oportunidade que será perdida de termos uma Chesf forte, atuando na gestão da Bacia do São Francisco. Uma pena.

Ônus também irão impactar os consumidores que, por sinal, apenas de modo superficial são mencionados. Eles são afetados por mais um aumento de preço para se manter um perverso sistema de subsídio a empresas ineficientes e, pior, a pagar sob a forma de bônus de outorga mais um dinheirão para o Tesouro.

E, finalmente, às custas de prorrogar por 30 ou 35 anos as concessões de hidrelétricas. Temos hoje que rever a existência desta camisa de força do passado, talvez cabível em outros tempos e sistemas. As concessões deveriam ser por 99 anos, renováveis automaticamente, desde que cumpridas metas e indicadores estipulados no contrato, todos de conhecimento público e passíveis de monitoramento. O atual prazo de concessão por 30 anos dá insegurança às empresas e dá ao regulador um poder geralmente mal usado ou travado por injunções políticas toda vez que se faz necessário ser acionado, como temos visto.

Como diz o título deste artigo, não será assim que o setor elétrico contribuirá para que o país marche virtuosamente para uma economia de baixo carbono e, ao mesmo tempo, recomponha seu equilíbrio econômico-financeiro e a sua credibilidade.

José Luiz Alquéres é conselheiro da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável

VEÍCULO: O Globo

Seção: Mercado

Autor: Bruno Rosa e Ramona Ordonez

Título: Negócios da China no Rio

Projetos com maiores empresas do estado podem injetar R\$ 32 bilhões na economia

Os principais ativos no Rio de Janeiro hoje têm um personagem em comum: a China. O projeto de privatização da Cedae, o processo de recuperação judicial da Oi, a venda da Light e o término da construção da usina nuclear de Angra 3 contam com chineses na mesa de negociações, revelam fontes ouvidas pelo GLOBO. As estatais do país asiático já mostraram seu poder de fogo recentemente, com a compra de parte do aeroporto internacional do Galeão e a aliança estratégica com a Petrobras, que pode resultar na construção de uma refinaria no Comperj, em Itaboraí. Se concretizadas, essas transações podem significar pelo menos R\$ 32 bilhões, entre aquisições acionárias e investimentos.

O movimento é reflexo de um processo de internacionalização das estatais chinesas mundo afora. Além disso, destacam os especialistas, os ativos do Rio estão ligados à infraestrutura, como saneamento, logística, telecomunicações e

energia, os favoritos dos asiáticos por serem concessões e terem uma receita fixa, o que reduz o risco. Segundo o presidente de uma companhia brasileira, o governo chinês, ao injetar dinheiro através de um banco estatal, rentabiliza o investimento, com cláusulas que atrelam a contratação de fornecedores chineses.

— A intenção é fazer alianças baseadas em ganha-ganha, mas a China não é um Papai Noel. Há um interesse elevado pelos ativos do Rio, mas muitos deles ainda têm problemas a serem resolvidos. Vamos agora organizar um road show na China para mostrar as oportunidades em saneamento e outros setores — destacou Charles Tang, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China.

OI FARÁ ALIANÇA COM TELE CHINESA PARA 5G

Os asiáticos já estão de olho na Cedae, concessionária de água e esgoto do estado. De acordo com uma fonte, os chineses se reuniram com o governo estadual para buscar informações sobre a companhia e entender as perspectivas.

— É um consórcio chinês formado por um banco de fomento, uma empresa de construção e outra de equipamentos. Essa é a forma como eles se montaram para esse projeto da Cedae. Eles já avisaram para serem informados de quando será lançado o edital — disse uma pessoa próxima a negociação.

O interesse também só aumenta na Oi, que tem o China Development Bank (CDB) como um dos principais credores e a Huawei como uma de suas maiores fornecedoras. Os principais sócios da Oi já iniciaram conversas com teles chinesas para fazer uma aliança industrial, como a China Mobile. O objetivo é desenvolver iniciativas para a futura implantação da rede 5G. Em outra frente, os bancos Barclays e Modal têm feito a ponte entre executivos da Oi e estatais chinesas, como o CDB, a ZTE e o fundo de investimento de Hong Kong TGP.

— O projeto da ZTE com a TGP prevê a compra de equipamentos financiados em oito anos. A ideia é que esses investidores da China entrem no processo de capitalização que a Oi pretende fazer de R\$ 8 bilhões. Eles poderiam entrar com uma boa parte desse valor, mas isso ainda não está fechado, pois vai depender se a Oi vai conseguir aprovar seu plano de recuperação judicial — disse uma fonte do setor.

Segundo Renato Kloss, sócio do setor regulatório do Siqueira Castro Advogados, o foco dos chineses é o longo prazo. O advogado diz ainda que a recessão econômica deixou os ativos em geral mais baratos no Brasil e em especial no Rio, que enfrenta ainda uma crise fiscal: — A Cedae é o principal ativo do Rio e já passou por um saneamento financeiro e melhora em sua governança. Além disso,

é uma empresa importante do ponto de vista de construção civil, pois há um pacote expressivo de obras a ser feito. A empresa tem um mercado cativo.

Na energia elétrica, os chineses da State Power e da China Three Gorges (CTG) participam da negociação envolvendo a Light, que é controlada pela mineira Cemig. Segundo uma fonte, o negócio está avaliado em R\$ 2,2 bilhões. A Cemig ainda não decidiu como será a venda da Light, se inteira ou em blocos, separando os ativos de geração e distribuição. Isto porque, segundo esse executivo, as empresas chinesas estariam mais interessadas na geração. — Mesmo que a distribuição de energia não seja o foco dessas empresas, os chineses buscam ativos com perspectivas de expansão futura do negócio — destacou uma fonte do setor.

Entre os aeroportos, a chinesa HNA está investindo R\$ 4 bilhões no Galeão para indenizar a Odebrecht e assumir seu lugar no consórcio que administra o aeroporto do Rio de Janeiro. Com a Petrobras, a CNPC assinou um memorando de entendimentos para avaliar investimento em conjunto. Segundo fontes, um desses projetos é a construção de uma refinaria no Comperj, que deve custar entre US\$ 3,5 bilhões e US\$ 4 bilhões (cerca de R\$ 12,8 bilhões).

— Após a atração de investidores estrangeiros para a China em meados dos anos 1970 e a busca de matérias-primas mundo afora, estamos hoje em uma terceira onda, com a internacionalização das estatais chinesas. Essas aquisições de empresas estão dentro do planejamento do governo chinês, e é ancorado pelo atual plano quinquenal de Pequim, que prevê taxas de crescimento de pelo menos 6,5% ao ano — disse Hsieh Yuan, diretor da consultoria Mazars Cabrera.

META É VENDER REATOR NUCLEAR

A energia nuclear também está na mira. A China Nacional Nuclear Corporation (CNNC) já manifestou interesse em participar da conclusão da polêmica Angra 3 (cujas obras foram iniciadas há 33 anos). Para terminar a usina, que está cerca de 70% pronta, mas com as obras paradas desde 2015, por conta da Operação Lava-Jato, são necessários investimentos de cerca de R\$ 13 bilhões. Os chineses estão concorrendo com o consórcio franco-japonês Areva/Mitsubish e a russa Rosatom. Mas a China também está de olho no fornecimento de reatores nucleares para as usinas brasileiras no futuro.

— O objetivo é que esse parceiro entre com todos os recursos financeiros para concluir a obra, pois a Eletronuclear não tem dinheiro, independentemente da fatia que esse novo sócio terá na usina nuclear. Os chineses (CNNC) tem menos experiência nesse tipo de negócio de parceria em usinas fora da China, mas tem muito dinheiro. Sem parceria não tem a menor chance de a usina ser concluída.

Já se gastou muito. Só nesta última fase foram R\$ 10 bilhões, dos quais R\$ 8 bilhões foram financiados pelo BNDES — disse uma fonte.

De acordo com esse executivo próximo à Eletronuclear, a expectativa é que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) tome uma decisão a respeito da continuidade das obras em setembro, quando seriam então iniciadas as negociações em busca de um sócio. Procurados, os acionistas das empresas não quiseram se manifestar sobre as negociações.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Sinais de retomada em outros setores

Obras paradas, salários de servidores atrasados, fornecedores sem receber e sem perspectivas futuras. O cenário financeiro do governo do Estado do Rio ainda é sombrio, mas as perspectivas são boas. Novos investimentos sinalizam que há luz no fim do túnel.

Em duas semanas, deve ser entregue formalmente ao Ministério da Fazenda o plano de recuperação fiscal do estado, o que dará um grande alívio para as finanças. Por outro lado, investimentos privados e de estatais que podem dar mais fôlego à economia do estado: a Petrobras anunciou recentemente uma parceria com a empresa chinesa CNPC, que poderá resultar na construção de uma refinaria no Comperj, em Itaboraí, com investimentos estimados entre US\$ 3,5 bilhões e US\$ 4 bilhões. A ampliação do Parque Industrial Bella vista, em Macaé, e a construção de um terminal voltado para o setor de petróleo em Ponta Negra, no município de Maricá — com investimento de R\$5,1 bilhões — prometem dar musculatura ao processo de recuperação. Soma-se a esses projetos, a expectativa de criação de um polo de usinas térmicas no Norte do estado, no Porto de Açu, cujas obras devem começarem 2018 e estima-se que gerem mais de três mil vagas.

A retomada ganha força em outros setores, com o aumento da produção de carros no polo automotivo no Sul do estado. E no aquecimento das vendas das confecções de Nova Friburgo que já promove avanço nas contratações na região. A negociação de Light e Cedae, ambas concessionárias de serviços públicos, também prometem injetar recursos no estado. Para Giovani Loss, sócio do escritório Mattos Filho, esses ativos de infraestrutura, como energia elétrica, têm receita fixa e, por isso, são considerados de baixo risco, o que atrai o interesse de investidores, como os chineses. — Existe uma movimentação grande hoje no mercado—afirma Loss.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Maria Cristina Frias,****Título: Petrobras planeja acelerar venda de ativos a partir de setembro**

Mesmo com o anunciado IPO da BR Distribuidora, a Petrobras deve acelerar seu processo de parcerias e desinvestimentos e comunicar a venda de outros ativos nos próximos meses, principalmente a partir de setembro, após as férias no hemisfério norte, segundo a coluna apurou.

A empresa mantém o foco em reduzir o endividamento. A companhia tem uma dívida elevada, que foi refinanciada, mas uma das iniciativas mais importantes para a melhor a relação dívida/Ebitda é o programa de venda de ativos.

A estatal tem cerca de 34 processos de desinvestimento. A meta para 2017 e 2018 é desinvestir US\$ 21 bilhões.

O portfólio com que a empresa trabalha hoje é de US\$ 42 bilhões, o dobro, porque vários dos projetos não terão êxito neste prazo.

Quanto foi feito neste ano?

Zero. O preço do barril de petróleo, apontado como um dos fatores que mais causaram lentidão, não foi o maior obstáculo, segundo se diz considerar na empresa.

A avaliação é que segue grande o interesse pelo segmento de óleo e gás no Brasil. A companhia melhorou a competitividade dos ativos, e aperfeiçoou-se a regulação.

A lentidão deve-se também a outros fatores, como o problema com o TCU, que bloqueou temporariamente vendas da estatal, sob a alegação de falta de transparência.

A empresa demonstrou disposição em fazer ajustes, embora os processos tivessem sido competitivos. Chegou-se a um consenso, as regras foram alteradas, e a diretoria decidiu que todos os processos voltassem à estaca zero.

Quanto entrará desse desinvestimento ainda em 2017? É difícil estimar, porque não se sabe o percentual da BR que irá a mercado. Se a emissão se concretizar, a operação é liquidada na semana seguinte e vai para o caixa de imediato.

A estatal já valeu US\$ 300 bilhões na Bolsa. O valor atual é de cerca de US\$ 53 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Seção: Mercado

Autor: Natália Portinari

Título: Disparam os casos de fraude de combustível com metanol em SP

O número de autuações contra postos flagrados com combustível adulterado com uso de metanol, um tipo de solvente barato e tóxico à saúde, disparou em São Paulo.

Enquanto em 2015 foram registrados apenas 10 casos do tipo, no ano passado os registros chegaram a 60.

No primeiro semestre deste ano, a ANP (Agência Nacional do Petróleo) já lavrou outros 48 autos de infração pelo uso de metanol na gasolina ou no etanol acima do nível permitido, que é de 0,5%.

Mais barato que combustíveis usuais, o metanol, usado como solvente industrial no Brasil, tem seu uso em carros comuns proibido. Geralmente importado, é isento de imposto nas alfândegas.

"É difícil saber se aumentou mesmo [os casos de fraude] ou se estamos pegando mais", afirma Roberto Jonas Saldys, chefe de fiscalização da ANP em São Paulo.

Em apenas uma semana, de acordo com ele, 15 postos foram fechados por causa do uso do produto.

O problema não está restrito a São Paulo. Em maio, em uma distribuidora no Rio de Janeiro, a Polícia Federal encontrou 10,6 milhões de litros de combustível adulterado com metanol. Foram averiguadas irregularidades com o solvente em postos de três distribuidoras diferentes.

Na semana passada, a ANP realizou uma audiência pública para debater a possibilidade de incluir o metanol na lista de produtos que são regulados pela agência.

"A ANP viu a necessidade de acompanhar e criar modos de controle para evitar desvios", disse o diretor do órgão, Aurélio Amaral, no evento.

BOMBA BAIXA

O número de autuações da ANP tem aumentado. Nesse ano, 36% das fiscalizações em São Paulo geraram algum tipo de auto de infração, ante 30% no ano passado.

Embora as fraudes não estejam restritas ao metanol, está mais difícil localizar outras irregularidades que afetam o bolso do consumidor.

A porcentagem de postos flagrados com "bomba baixa" pela ANP caiu de 3% para 1% em 2017. São os casos em que o volume indicado no painel da bomba de combustível é maior que a quantidade realmente posta no carro.

Segundo Helvio Rebeschini, diretor de planejamento do Sindicom (sindicato das empresas de combustíveis), é cada vez mais difícil pegar essa fraude, que conta com a instalação de chips para modificar, via controle remoto, o que mostra a bomba.

"É aquela história, você aperta ali, aperta aqui, a pessoa vai buscar uma alternativa para ganhar dinheiro. Eles usam o avanço da tecnologia para ajudar em um momento de crise econômica. O comerciante está desesperado para recompor sua margem de lucro", diz Rebeschini.

O preço médio do litro da gasolina está no menor nível desde outubro de 2015, de acordo com levantamento da ANP, chegando a R\$ 3,485 na semana passada. Quem fiscaliza a fraude na bomba é o Ipem (Instituto de Pesos e Medidas), órgão autorizado para abrir e confiscar equipamento modificado.

Na Operação Olhos de Lince, criada em agosto de 2016 para combater a "bomba baixa", o instituto já apreendeu 433 placas e 53 fiações em esfera estadual. A fraude com chip é também o que a PF do Paraná investiga na Operação Pane Seca, que fechou nove postos no Estado em março.

"A tendência aumentou bastante", diz Luiz Silva, diretor de verificações do Ipem-SP. "Nós recomendamos que o consumidor sempre abasteça no posto de confiança e verifique o selo do Inmetro na bomba de combustível".

Para combater o problema, o Inmetro está desenvolvendo um equipamento inviolável para as bombas, com chip criptografado.

Para isso, porém, será necessário trocar todos os dispositivos do país, o que deve levar no mínimo 15 anos, segundo o instituto.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Fabio Graner e Daniel Rittner****Título: Alta de royalties gera reforço de caixa de R\$ 1,5 bi**

O governo espera um reforço de pelo menos R\$ 1,5 bilhão ao ano nas receitas arrecadadas com royalties da mineração. A estimativa tem como base o aumento das alíquotas da Cfem (taxa cobrada sobre a exploração de recursos minerais), que está prevista para ser anunciada no dia 25 de julho, em cerimônia no Palácio do Planalto, como parte de uma das medidas provisórias em preparação para modernizar o marco regulatório do setor.

As outras duas MPs envolvem a criação de uma agência reguladora no lugar do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e mudanças em mais de 20 pontos do código de mineração em vigência desde 1967.

O Ministério da Fazenda queria uma fatia maior dos royalties para a União, que hoje fica só com 12% das receitas. Municípios onde estão localizadas as jazidas obtêm 65% e os Estados abocanham 23%. Outras áreas do governo, no entanto, avaliam que não seria conveniente politicamente encaminhar essas alterações por MP.

A ideia com maior respaldo no governo é manter o atual sistema de repartição. Uma fonte cogita a possibilidade de apresentação de emenda à MP, durante tramitação no Congresso Nacional, para redistribuir os recursos. O objetivo dessa estratégia é não desagradar, logo de cara, os aliados das bancadas de Estados produtores de minérios, ampliando já de início as dificuldades de se reformar o código.

Em 2016, as receitas totais da Cfem somaram R\$ 1,8 bilhão. A ideia na proposta que ainda está sendo finalizada é que o tributo tenha alíquotas maiores para os produtos minerais e que, especificamente no caso do minério de ferro, teria taxa variável, conforme o valor do produto no mercado internacional. Segundo uma fonte, um dos cortes para a cobrança de taxa maior (que poderia chegar a 4%) seria US\$ 100, mas esse número ainda dependia de uma definição pelo Ministério da Fazenda.

Mas ainda há resistência de setores do governo, do Congresso (bancada mineira) e do mercado à cobrança variável e uma taxa fixa de 3% para o minério de ferro ainda é uma hipótese com chances de se efetivar. A decisão final será do presidente Michel Temer.

A criação de uma agência reguladora no lugar do DNPM inicialmente não deve implicar custos adicionais relevantes ao setor público, segundo uma fonte. A ideia é que a estrutura atual seja toda aproveitada, mudando apenas o status político do órgão, que, com autonomia, teria maior poder de controlar o setor. Os diretores da nova agência teriam mandato fixo. Há ainda um objetivo de aumentar o tamanho do corpo funcional do órgão, que hoje conta com um quadro reduzido e insuficiente para lidar com os desafios do setor.

Há cerca de dois meses, conforme informou o **Valor**, o governo já trabalhava para acelerar o envio das mudanças no código de mineração para tentar reforçar apoios no Congresso à reforma da Previdência. O deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG), que é vice-presidente da Câmara e coordenador da bancada mineira, já vinha naquele período pressionando o governo para acelerar o envio das mudanças, que devem ampliar os recursos disponíveis às prefeituras onde há exploração de jazidas.

O problema foi que, em meio a essas negociações, o governo foi abatido pelas denúncias do empresário Joesley Batista contra o presidente Michel Temer. A crise política instalada em maio congelou as discussões sobre a reforma da Previdência e afetou o ritmo de trabalho do governo, adiando a conclusão e envio das medidas relativas à área mineral.

A reforma do código de mineração no governo Temer tem estrutura diferente daquela enviada ao Congresso Nacional pela ex-presidente Dilma Rousseff, em 2013, que concentrava todas as mudanças em um único projeto de lei e que acabou não sendo examinada pelos parlamentares. Agora, as medidas serão divididas em três textos diferentes. O fatiamento permitiria avanço de uma das MPs, se houver resistência pontual.

Outra diferença em relação ao projeto de Dilma é que, desta vez, as novas alíquotas da Cfem serão incluídas em lei, sem dar liberdade para o Executivo alterá-las por decreto até um teto definido na lei, como ocorre com outros tributos. A ideia do governo anterior foi mal vista pelo setor, já que dava maior imprevisibilidade sobre a carga tributária das empresas.

Além das MPs, deve ser assinado decreto liberando a exploração de uma área entre o Pará e o Amapá.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Ivo Ribeiro e Stella Fontes****Título: Shell e Cosan negociam permuta de ações da Comgás**

A Shell e o grupo Cosan já iniciaram conversações para fechar, em breve, um acordo de permuta das ações que a petroleira anglo-holandesa detém na distribuidora de gás natural Comgás por uma fatia do capital da companhia controlada por Rubens Ometto, apurou o **Valor** com fontes que acompanham as tratativas.

O direito da Shell de converter essas ações foi acertado com a Cosan já em 2012, no momento da venda do controle da Comgás ao grupo brasileiro. E deveria ocorrer até o fim do quinto ano, a contar da data do negócio. O acordo prevê essa permuta caso os 17,12% de capital social remanescente não fosse adquirido por outro investidor ou se a Shell decidisse sair do ativo.

As bases da negociação não levarão em conta os valores de mercado da Comgás, ressaltou uma fonte. Haverá um mecanismo de ajuste no preço, o que tornará o valor da transação inferior ao R\$ 1 bilhão estimado hoje para os papéis em poder da petroleira.

Segundo apurou o **Valor**, a Cosan vai receber da Shell, conforme acerto entre as partes, montante que pode superar R\$ 200 milhões. Essa conta de ajuste inclui dividendos pagos pela distribuidora de gás, que serão reembolsados à vista pela petroleira.

Na sexta-feira, o valor de mercado da Comgás na B3 era de R\$ 5,698 bilhões, com a ação cotada a R\$ 47,13. Já o valor de Cosan, no fechamento, chegou R\$ 14,48 bilhões, com a ação a R\$ 35,50.

Em nota a clientes, a equipe de análise do BTG Pactual afirmou que a Shell tem até setembro para se desfazer de sua fatia na distribuidora de gás, recebendo em troca 30.917.231 ações da Cosan. Ao preço do papel no fechamento de sexta-feira, a participação da Shell na Cosan valeria R\$ 1,097 bilhão e seria equivalente a 7,35% do capital do grupo de Ometto.

Já as 21.805.645 ações ON que a Shell tem na Comgás são avaliadas em R\$ 1,027 bilhão - R\$ 70 milhões inferior ao da fatia que vai receber de papéis da Cosan.

O grupo Cosan controla a Comgás com participação de 62,66%. A aquisição ocorreu em maio de 2012, por R\$ 3,4 bilhões.

Shell e Cosan também são sócias na Raízen, cuja criação foi anunciada no início de 2011, gerando a Raízen Combustíveis, de distribuição de combustíveis, e a Raízen Energia, empresa de açúcar, etanol e cogeração. Os dois grupos detêm participações iguais de 50%.

No ano passado, a Comgás teve resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) normalizado (que inclui variações da conta corrente regulatória e, portanto, reflete de forma mais adequada o desempenho da companhia), de R\$ 1,5 bilhão, alta de 6,3%. O lucro líquido ficou em R\$ 555 milhões, declínio de 10,4%, enquanto a receita líquida teve recuo de 14,2%, a R\$ 5,6 bilhões.

Para 2017, a Cosan projeta Ebitda normalizado de R\$ 1,55 bilhão a R\$ 1,65 bilhão para a Comgás.

Procurada, a Cosan informou que não vai se manifestar sobre a negociação em curso com Shell.

VEÍCULO: Valor econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Cautela volta a guiar planos de usinas para novos investimentos

A forte queda do açúcar e do etanol desde o início desta safra 2017/18 voltou a desanimar as usinas do Centro-Sul do país. E, depois de aproveitarem os preços bem mais atraentes do ciclo passada para realizar alguns investimentos na área industrial, mesmo as maiores companhias do segmento já sinalizaram que a cautela voltará a dar o tom.

Assim, a perspectiva é que os aportes de 2017/18 voltem a se concentrar na área agrícola, divididos entre renovação de canaviais, tratamentos culturais e ampliação de áreas. Em 2016/17, as usinas que tinham algum fôlego financeiro buscaram investir na otimização da produção de açúcar, aproveitando o prêmio elevado da commodity ante o etanol.

Maior companhia da área, a Raízen Energia previa, no início da safra, realizar investimentos em bens de capital (capex) entre R\$ 2,1 bilhões e R\$ 2,4 bilhões nesta temporada. No cenário mais pessimista, o montante será praticamente estável em relação ao do ciclo passado, e a mais otimista representará um crescimento de 14%. Mas mesmo nesse caso o aumento será menor que o da safra passada (18%).

Ambos os horizontes já consideram aportes em quatro projetos de expansão da cristalização de açúcar, que foram iniciados no ciclo 2016/17 e terminaram recentemente, afirmou ao **Valor** João Alberto Abreu, vice-presidente de açúcar, etanol e bioenergia da Raízen

As projeções também levam em consideração a inflação, afirmou Paula Kowarksy, diretora de relações com investidores da Cosan, em teleconferência sobre os resultados da safra passada. E foi considerado, ainda, um investimento de R\$ 50 milhões na produção de geração de energia de biogás, que começa a entregar energia a partir de 2021, além da aquisição de cana de terceiros e projetos de uso de vinhaça e de segurança e ambiente.

Com a recente aquisição de duas usinas da Tonon, a Raízen deverá revisar sua meta de investimentos, mas a expectativa é que a empresa foque seus aportes nos canaviais dessas unidades, que estão mais velhos que a média de suas lavouras.

A Biosev, controlada pela Luis Dreyfus Company, prevê investir R\$ 1,355 bilhão nesta safra, com "margem de erro" de R\$ 90 milhões para cima ou para baixo. A previsão mais pessimista representa uma queda de 8% em relação à temporada passada, mas a mais otimista significa aumento de 5%. Essa margem considera o impacto de oscilações cambiais nos custos com insumos, o impacto de variação do tempo de entressafra nos gastos de manutenção e ajustes nos dispêndios com plantio.

A situação é muito diferente da safra passada, quando a companhia expandiu seu capex em 19%. Mas, mesmo em 2016/17, o aporte em expansão industrial consumiu relativamente poucos recursos - cerca de R\$ 18 milhões.

A meta para esta safra pode inclusive ser revisada, afirmou Rui Chammas, presidente da Biosev, em teleconferência de resultados, já que a prioridade da companhia é maximizar a geração de caixa. "Quando os preços estão muito baixos, a companhia tende a conter alguns plantios", comentou.

Terceira maior processadora de cana em 2016/17, a Odebrecht Agroindustrial foi a única das grandes de capital aberto que sinalizou uma aceleração de investimentos. A companhia prevê aportes de R\$ 640 milhões neste ciclo, uma alta de 43% sobre o passado.

O montante é maior que o investido em 2015/16, quando a empresa ainda estava expandindo a Usina Eldorado, em Rio Brilhante (MS). Porém, o foco dos aportes agora será nos canaviais, disse Alexandre Perazzo, vice-presidente de finanças da empresa, ao **Valor**.

A Odebrecht Agroindustrial está plantando 16 mil hectares novos com cana e renovando outros 62 mil hectares. Isso para reduzir a idade média das plantações dos atuais 3,2 anos para três anos. Além disso, a empresa "terá um investimento expressivo em equipamentos e máquinas agrícolas, de R\$ 72 milhões", de acordo com Celso Ferreira, vice-presidente de operações e engenharia.

Já a Tereos Açúcar e Energia Brasil planeja elevar seus investimentos em 1% nesta safra, para R\$ 686 milhões, após sair de uma safra cujo aumento foi de expressivos 40%. Os aportes nas lavouras próprias somarão R\$ 200 milhões, mas também estão previstos investimentos industriais - como na planta de cogeração na Usina Cruz Alta, em Olímpia (SP), para melhoria da eficiência energética e na reforma da refinaria.

Por sua vez, o grupo São Martinho deverá aumentar seu investimento em manutenção em 3%, para R\$ 900 milhões, mas tende a reduzir aportes em expansão e modernização para R\$ 70 milhões, ante R\$ 107,8 milhões na última safra, como sinalizou em teleconferência de resultados Filipe Vicchiato, diretor financeiro e de relações com investidores.

Mesmo dentro dessa linha de investimentos estão previstos aportes em um centro de operações agrícolas, de monitoramento dos trabalhos em campo, e "projetos pequenos" de eficiência, segundo Vicchiato. Na safra passada, a São Martinho acelerou seus investimentos principalmente para elevar a capacidade da Usina Santa Cruz, em Américo Brasiliense (SP).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Ivo Ribeiro e Carolina Mandl

Título: IPO da Neoenergia pode movimentar cerca de R\$ 4 bi

A Neoenergia se reúne nesta semana com bancos de investimento para avaliar o lançamento de uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) já em setembro. A transação deve movimentar cerca de R\$ 4 bilhões, segundo o **Valor** apurou.

Uma decisão final sobre o IPO da distribuidora de energia dependerá do desempenho das operações que estão em andamento, principalmente das ofertas da varejista Carrefour e da resseguradora IRB.

Essas operações serão um bom parâmetro de mercado, destacou uma fonte. Os bancos Credit Suisse, Morgan Stanley e BB Investimentos participam dessas conversas preliminares.

Estudos iniciais apontam que a Neoenergia poderia chegar à bolsa com um valor entre R\$ 30 bilhões e R\$ 35 bilhões. Em junho, a Neoenergia anunciou a incorporação das operações da Elektro, numa transação que cria a maior distribuidora de energia do Brasil em número de clientes e ativos. Separadamente, essas companhias são registradas a uma cifra inferior: a Elektro é avaliada em R\$ 4,7 bilhões e a Neoenergia, a R\$ 18 bilhões, numa soma de R\$ 22,7 bilhões.

O IPO, conforme noticiou o **Valor** em junho, já vinha sendo estudado para este ano antes mesmo da incorporação da Elektro, e tem como objetivo trazer liquidez para dois de seus principais acionistas, o Banco do Brasil (BB) e a Previ, fundo de pensão dos funcionários do banco, segundo disse à reportagem uma fonte próxima à companhia. Além disso, abastecerá o caixa da companhia de recursos para investimentos na área de geração de energia.

O Banco do Brasil está em meio a uma revisão do seu portfólio para encontrar alternativas que reforcem o capital do banco. Com o oferta da Neoenergia, o BB venderia, pelo menos parcialmente, sua posição. O banco tem como meta alcançar um nível de capital principal de 9,5% em 2019. Em março, o índice já estava em 9,2%, mas a entrada em vigor de novas fases das regras de Basileia 3 vão consumir mais capital do banco.

Para a Previ, o IPO da Neoenergia representa a criação de uma porta de saída. Desde a venda de sua fatia na CPFL Energia para a gigante chinesa State Grid, anunciada em 2016, a Previ reduziu sua necessidade de liquidez mais imediata para arcar com pagamentos a aposentados feitos pelo plano de benefício definido. Mesmo assim o objetivo é tornar os ativos do fundo de pensão mais líquidos para facilitar uma saída futura.

Hoje, no portfólio da Previ, ainda há três companhias com preço fixado por valor econômico, não de mercado: além da Neoenergia, a mineradora Vale e a holding de infraestrutura Invepar. Com a migração para o Novo Mercado, a Vale tende a ser um investimento mais líquido.

Na Invepar, que vem equacionando seu perfil financeiro, tão logo a fatia da OAS na empresa seja transferida aos credores da empreiteira, a companhia buscará uma reorganização societária, com a entrada de um novo acionista. Esse sócio vai absorver a fatia dos credores e parte das ações das três fundações - Previ, Funcef (dos funcionários da Caixa) e Petros (da Petrobras).

Após esse processo, já em curso com assessoria do BTG Pactual às três fundações, a saída dos três acionistas será via listagem da Invepar em bolsa de valores.

Com a distribuidora paulista de energia Elektro, a fatia da Previ na Neoenergia cairá de 49% para 38,2%, enquanto a do BB passará de 12% para 9,35%. O grupo espanhol Iberdrola, que era dono da Elektro e detinha 39% da Neoenergia, ficará com 52,45%.

Procurados, o Banco do Brasil, a Previ e a Neoenergia não comentaram o assunto.

MME / ASCOM